

Abraceel defende manutenção de independência decisória da Aneel

Renovação de concessões, participação de comercializadores em leilões de energia nova e duração de contratos são pontos que agência deve atentar em 2009

Fábio Couto
Rio de Janeiro

Um dos desejos da Associação Brasileira de Agentes Comercializadores de Energia para 2009 é a manutenção da isenção e independência decisória da Agência Nacional de Energia Elétrica nas decisões de temas do setor. Segundo o conselheiro da Abraceel, Walter Fróes, a expectativa é de que a Aneel seja preservada de questões político-partidárias. Para ele, a atuação da agência nos últimos anos pode ser considerada exemplo a ser seguido por outras reguladoras do país. Em janeiro, termina o mandato do atual diretor-geral da Aneel, Jerson Kelman.

Dois nomes são cotados para assumir o posto: Nelson Hübner - ex-ministro de Minas e Energia entre maio de 2007 e janeiro deste ano - e Edvaldo Alves Santana, um dos diretores da agência. "Qualquer um dos dois que assuma a Aneel é um bom nome para o setor", avalia Fróes, para quem Kelman teve condução isenta das questões que demandaram posicionamento da Aneel. Como exemplo, o conselheiro da Aneel cita as definições em torno da implementação das usinas hidrelétricas do Rio Madeira (RO, 6.450 MW) e da falta de gás para atendimento das termelétricas, que resultou em multas para a Petrobras e no termo de compromisso.

A preocupação com relação à estabilidade regulatória e a manutenção da independência da Aneel foi, inclusive, abordada na abertura do Fórum Brasil-Europa, promovido recentemente pela Abraceel (veja a íntegra do discurso da abertura). Ele lembra que, no evento, um dos pontos colocados pelos agentes europeus como fundamentais para a integração energética são a segurança jurídica, a transparência e a independência dos órgãos reguladores.

O executivo avalia que três pontos devem ter atenção mais detalhada por parte do novo diretor-geral. Um deles é a renovação das concessões, que independente da decisão a ser tomada pelo governo, deve prever medidas que atendam os mercados livre e regulado com isonomia. Ressaltando que a Abraceel não tem posição definida sobre uma proposta específica, Fróes sugeriu que o governo analise soluções como a renovação das concessões em blocos.

Em outras palavras, a idéia seria a de conceder renovações por prazos distintos para cada bloco de empreendimentos de geração, transmissão e distribuição, evitando que o problema seja apenas adiado. Outro ponto, de acordo com Fróes, é o da participação de comercializadoras em leilões de

energia nova, disputando as mesmas condições que as distribuidoras e oferecendo garantias. E o terceiro, também sobre o tema, é a instituição de contratos de energia com prazos mais curtos.

Na visão de Fróes, a obrigatoriedade de apresentação de contratos de longo prazo - como os CCEARs de 30 anos - só é possível para as distribuidoras. Comercializadoras, que negociam contratos para consumidores livres com prazos mais curtos, não são suficientes para que usinas consigam garantias de financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou em outras instituições. "Na Europa há contratos de até sete anos", comentou.

Abraceel defende manutenção de independência decisória da Aneel. In: **Agência Canal Energia**, Negócios, Mídia Online, 03.dezembro.2008.